

O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA): GERAÇÃO DE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR¹

Clério Plein²

Eduardo Ernesto Filippi³

RESUMO O objetivo deste artigo é analisar o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus impactos enquanto uma política pública de segurança alimentar e geração de renda. O trabalho é amparado numa pesquisa de campo realizada em seis municípios que compõem a Microrregião de Pitanga, localizada na região central do Estado do Paraná e caracterizada por baixos indicadores de desenvolvimento. Como principal resultado destaca-se que esta política (de cunho estruturante e não assistencialista) é bastante expressiva no combate e superação da pobreza, conseguindo, de forma simultânea, proporcionar melhores rendimentos para os agricultores pobres daquela região e fornecer alimentos para a população em situação de insegurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, pobreza, insegurança alimentar, agricultura familiar, mercados.

ACQUISITION PROGRAM OF THE FAMILY FARM FOODS (PAA): INCOME GENERATION AND FOOD SECURITY

ABSTRACT: The objective of this paper is to analyze the program Food Acquisition (PAA) and its impacts as a public policy for food security and income generation. The work is supported in field research conducted in six municipalities that make up the Microregion Pitanga, located in the central region of the state of Paraná and characterized by low development indicators. The main result is emphasized that this policy (structuring die and not welfare) is quite expressive in fighting and overcoming poverty, achieving, simultaneously, provide better incomes for poor farmers of the region and provide food for people in situation of food insecurity.

KEYWORDS: Public policy, poverty, food insecurity, family farms, markets.

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado (PLEIN, 2012) e contempla dados da pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES N.º 02/2010 (AFNM, 2010), cujos dados preliminares foram apresentados em Rambo *et al* (2012).

² Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS), professor da UNIOESTE. E-mail: clerioplein@ig.com.br.

³ Doutor em Economia Política (Universite de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França), professor da UFRGS. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é fazer uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) enquanto uma forma de geração de renda para a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, compreender sua importância como um instrumento de segurança alimentar dentro numa perspectiva de política de redistribuição adotada pelo Estado. Portanto, o método de investigação consiste num estudo de caso nos municípios da Microrregião de Pitanga, um dos mais pobres do Estado do Paraná. O aporte teórico busca inspiração nas contribuições da Economia Institucional e da Sociologia Econômica⁴.

O PAA foi criado pelo Governo Federal em 2003 como uma ação estruturante do Programa Fome Zero. Em outras palavras, trata-se de um mercado criado pelo Estado para atender agricultores familiares pobres – que podem comercializar sua produção – e beneficiar grupos sociais vulneráveis através da doação de alimentos. Nos municípios da Microrregião de Pitanga são aproximadamente 350 agricultores que se beneficiam desta política pública para a comercialização da sua produção, fornecendo alimentos para mais de 80 entidades, realizando aproximadamente 40 mil atendimentos com a doação simultânea de alimentos. No texto que segue, estruturado em quatro partes, pretende-se analisar o PAA com mais detalhes. Primeiro, analisa-se os antecedentes históricos e algumas características gerais do Programa. Segundo, abordam-se as características das famílias beneficiadas e o processo produtivo. Na terceira parte o foco é o processo de comercialização, que, em outras palavras, pode ser analisado enquanto uma forma de redistribuição. Por fim, apresenta-se um quadro síntese do PAA.

⁴ Considerando a limitação de espaço neste artigo, pretende-se dar mais ênfase ao estudo de caso, e, portanto, suprimiu-se a discussão teórica, que pode ser encontrada em outras obras (PLEIN, 2012; PLEIN; FILIPPI, 2010).

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PAA

Os municípios da Microrregião de Pitanga apresentam uma realidade propícia – calcada em baixos índices de desenvolvimento – para observar os impactos de uma política pública que tem duplo objetivo: promover “o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos e a inclusão social e econômica do campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2010, p. 03), ou seja, “o PAA contempla tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos” (GRISA *et al.*, 2011, p. 35). No caso específico desta pesquisa, interessa analisar o impacto da criação de um mercado para os agricultores familiares pobres. Os principais acontecimentos relacionados à criação e evolução do PAA podem ser observados no quadro 01, que mostra o processo de institucionalização dessa política na década de 2000.

Quadro 01 - Fatos históricos e institucionais marcantes relacionados ao PAA no Brasil, 2003 – 2010

Janeiro de 2003	Criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar - MESA
Fevereiro de 2003	Criação do CONSEA
Março de 2003	Constituição de Grupo Técnico Interministerial composto por representantes do IPEA, MESA, CONAB, MDA e CONSEA para formular as bases do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004.
Junho de 2003	Lançamento do Plano Safra pelo Presidente Lula, trazendo como inovação o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Julho de 2003	Sancionada a Lei nº 10.696, que, em seu artigo 19, institui o Programa Aquisição de Alimentos.
Agosto de 2003	Realização das primeiras aquisições de alimentos no âmbito do Programa.
Janeiro de 2004	Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Março de 2004	Realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Junho de 2005	Realização do 1º Seminário de Avaliação do PAA
2º semestre de 2005	CONSEA e movimentos sociais atuam de forma conjunta para obtenção de mais recursos para o PAA.
Dezembro de 2005	Criação da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar na CONAB.
Janeiro de 2006	A Lei Orçamentária Anual prevê aumento de dotação para o MDS e uma nova ação no orçamento do MDA para implementação do Programa.
Julho de 2006	Sancionada a Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Setembro de 2006	Sancionada a Lei nº 11.346/06 “Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN” que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
Julho de 2007	Realização da III Conferência nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Junho de 2008	Realização do 2º Seminário de Avaliação do PAA.
Fevereiro de 2010	Aprovação da Emenda Constitucional nº 64 que inclui o Direito à Alimentação como Direito Constitucional.
Agosto de 2010	Publicado o Decreto nº 7.272, que regulamenta a Lei nº 11.346, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Novembro de 2010	Realização do 3º Seminário de Avaliação do PAA.

Fonte: BRASIL (2010, p. 06).

O PAA foi criado pela Lei 10.696, de 2 de julho de 2003. Trata-se de uma ação estruturante do Programa Fome Zero. O objetivo principal do PAA é realizar a compra dos produtos da agricultura familiar com a finalidade de destiná-los às pessoas e grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, para mercados institucionais ou para formação de estoques.

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003 resultou da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. [...] O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar com categoria social pelas políticas governamentais (GRISA *et al.*, 2011, p. 34).

O PAA realiza a compra sem licitação até um limite máximo por agricultor a cada ano, através do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra (BRASIL, 2010). O programa compõe-se de quatro modalidades (quadro 02). Nesta pesquisa, será analisada a modalidade Compra Direta com Doação Simultânea, a única a que têm acessado os agricultores dos municípios da Microrregião de Pitanga.

Quadro 02 - As diferentes modalidades do Programa Aquisição de Alimentos (PAA)

Modalidade	Objetivos e funcionamento
Compra Direta da Agricultura Familiar	A modalidade permite a aquisição de pauta específica de produtos (arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo), para distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação dos preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques. Desenvolvido com recursos do MDA e MDS e executado pela CONAB por meio de termos de cooperação, a modalidade permite o atendimento de agricultores, organizados ou não, com limite de aquisição de R\$ 8 mil por agricultor familiar por ano.
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	A modalidade foi criada para propiciar aos agricultores familiares instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor à produção. A modalidade disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares sócios/filiados, beneficie e forme estoque de produtos para serem posteriormente comercializados ou distribuídos para a população em situação de insegurança alimentar. Em princípio, qualquer alimento que possa ser armazenado pode ser atendido pela modalidade. Desenvolvido com recursos do MDA e MDS e executado pela CONAB, a modalidade atende exclusivamente agricultores familiares organizados em associações e cooperativas, com limite de aquisição de até R\$ 8 mil por agricultor familiar por ano.
Compra com Doação Simultânea* (modalidade analisada na tese)	A modalidade propicia a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e sua disponibilização para doação a entidades da rede de promoção e proteção social, assumindo importante papel na promoção da segurança alimentar do público atendido. A modalidade permite o enriquecimento dos cardápios das entidades socioassistenciais, com a disponibilização de diversos tipos de produtos, incluindo hortaliças, frutas, carnes, ovos, pescados, leite e derivados, entre outros. Desenvolvida com recursos do MDA, é executada por meio de termo de cooperação MDS-CONAB e por convênios celebrados com estados, Distrito Federal e municípios, podendo atender a agricultores familiares diretamente ou por meio de suas organizações, com limite de até R\$ 4 mil por agricultor familiar por ano.

Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	A modalidade foi criada para contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares. A modalidade é executada no território de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O alimento adquirido (leite de cabra ou de vaca) é pasteurizado em laticínios cadastrados e, posteriormente, transportado para os postos de distribuição às famílias. Desenvolvido com recursos do MDS em parceria com estados do nordeste e Minas Gerais. Por meio dessa modalidade são atendidos agricultores, organizados ou não, até o limite de R\$ 4 mil por agricultor familiar por semestre.
--	---

Fonte: BRASIL (2010, p. 10-11). (*) A modalidade Compra com Doação Simultânea possui três categorias: CONAB, Estadual e Municipal.

A gestão do PAA é feita por um comitê interministerial, mas a CONAB e o MDS têm papel ativo nas compras e na operacionalização. O seu formato institucional contempla o acompanhamento por um grupo gestor composto por seis ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Desde sua criação, o Programa tem-se ampliado consideravelmente a cada nova edição (tabela 01). Em 2003, foram aplicados R\$ 144,92 milhões, que beneficiaram 42.077 agricultores familiares (média de R\$ 3.444,16 por família) com a aquisição de 135.864 toneladas de alimentos destinadas a 226.414 pessoas, o que significa uma média de 600 kg por pessoa por ano. Já em 2011, esses números tiveram um incremento extraordinário, ampliando em 335,8% a quantidade de recursos destinados ao programa, beneficiando 285,7% mais agricultores familiares (média de R\$ 3.891,88 por família) e atendendo mais pessoas (+8.613,6%), aumentando a quantidade de alimentos adquiridos em 262,3% e possibilitando destinar em média, 25 Kg por pessoas no ano.

Tabela 01 - Evolução da execução do PAA no Brasil, 2003-2010

<i>Período</i>	<i>Recursos aplicados (milhões de R\$)</i>	<i>Número de agricultores fornecedores</i>	<i>Atendimentos realizados</i>	<i>Alimentos adquiridos (ton)</i>
2003	144,92	42.077	226.414	135.864
2004	180,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	333,06	87.292	6.450.917	341.755
2006	492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	509,03	168.548	15.407.850	403.155
2009	591,03	137.185	13.028.986	509.955
2010	680,75	155.166	18.875.174	462.429
2011	631,61	162.289	19.728.731	492.258
Varição*	+ 335,8%	+ 285,7%	+ 8.613,6%	+ 262,3%

Fonte: BRASIL (2012). Adaptado pelos autores. (*) Tabulações dos autores.

No Estado do Paraná, a realidade do programa, na totalidade das suas quatro modalidades, pode ser visualizada na tabela 02.

Tabela 02 - Agricultores fornecedores, entidades beneficiadas, atendimentos, recursos fornecidos e peso dos produtos nas modalidades do PAA no Estado do Paraná, 2011

Modalidade	Agricultores Fornecedores	Entidades Beneficiadas	Atendimentos	Recursos Fornecidos (R\$)	Peso dos Produtos (kg)
1) Doação Simultânea CONAB	6.002	946	1.702.501	22.365.327,63	12.616.709
1) Doação Simultânea ESTADUAL	7.300	2.939	988.315	18.671.287,59	11.260.617
1) Doação Simultânea MUNICIPAL	621	65	36.085	2.340.159,14	1.322.069
2) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	0	-	0	0,00	0
3) Formação de Estoque	938	-	-	1.569.602,40	1.189.830
4) Compra Direta	750	-	-	4.599.998,40	3.833.332
Total das 4 Modalidades	15.611	3.950	2.726.901	49.546.375,16	30.222.557

Fonte: BRASIL (2012).

No ano de 2011, havia 15.611 agricultores familiares participando como fornecedores de alimentos e receberam um total de R\$ 49.546.375,16 de recursos (7,85% do total de recursos destinados ao PAA, em 2011, no Brasil), o que resultou em média, R\$ 3.173,81 por família. Por outro lado, foram beneficiadas 2.726.901 pessoas com 30.222.557 kg de alimentos, o que significa a média de 11 kg por pessoa atendida no ano de 2011. Outro ponto a ser analisado na tabela refere-se ao comportamento em relação às diferentes modalidades. As modalidades Compra Direta e Formação de Estoques são pouco expressivas no Estado do Paraná, e, conforme já observado anteriormente, a modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite é destinada para os estados do Nordeste e Minas Gerais. Portanto, é a modalidade Doação Simultânea, a mais significativa, foi acessada por 89,2% dos agricultores que participam do PAA no Estado. A modalidade Doação Simultânea possui uma divisão em três categorias: CONAB, Estadual e Municipal. A categoria Doação Simultânea Estadual é a mais representativa, com acesso de 46,8% dos agricultores que participam do PAA no Estado do Paraná. Conforme será retomado mais adiante, os

municípios da Microrregião de Pitanga acessam somente a modalidade Doação Simultânea, nas categorias CONAB e Estadual.

No PAA Estadual, dos 7.300 produtores fornecedores, a grande maioria (85,1%) está enquadrada no Grupo V do PRONAF; 8,1%, no Grupo A/C; 4,9%, no Grupo B; e 1,9%, no Grupo A. A categoria mais acessada no Paraná é a Doação Simultânea Estadual, cujos produtos⁵ mais comercializados estão na tabela 03). O destaque fica para a produção de hortaliças, que envolve a maioria dos produtores⁶, depois aparecem as frutas, cereais, carnes e panificação. Esses cinco grupos são os que recebem a maior parte dos recursos, representam as maiores quantidades e envolvem a maioria dos agricultores familiares. No caso das hortaliças há um estímulo para produzir em maior quantidade produtos que já eram destinados ao consumo da família. Em relação às frutas ocorre a possibilidade de comercializar excedentes que acabavam sendo desperdiçados na propriedade. A produção de cereais passa a contar com um novo canal de comercialização, diferente dos tradicionais. Em relação às carnes há um processo mais complexo para enquadramento nas exigências higiênico-sanitárias, mesmo assim é um produto representativo. Já o processo de

⁵ A lista completa para o Estado do Paraná contempla 96 produtos: abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, açaí, acelga, acerola, açúcar mascavo, agrião, alface, alho, almeirão, almôndega de peixe, amendoim, arroz, azeite (3 tipos), banana, banha, batata (3 tipos), batatinha, bebida láctea, beiju, berinjela, beterraba, biscoito (14 tipos), bolacha caseira, bolinha de peixe, bolinho de peixe, bolo (24 tipos), broa, brócolis, buriti, caissuma, caju, cajuína, caldo de cana, camarão, cana de açúcar, canjica, caqui, cará, carambola, cariru, carne (8 tipos), castanha (2 tipos), caxi, cebola, cebolinha, cenoura, cheiro verde, chicória, chocolate em pó, chuchu, cocada, coco (3 tipos), coentro, colorau, conserva de pequi, couve, couve flor, coxinha de peixe, cuca, cupuaçu, doces (26 tipos), ervilha, espinafre, farinha (7 tipos), fava, feijão, frango (3 tipos), fubá, geleia (7 tipos), gergelim, goiaba, goma de tapioca, granola, graviola, guabiroba, hambúrguer de peixe, hortelã, inhame, iogurte, jaca, jambu, jiló, laranja, leite, lima, limão, linguça (2 tipos), maçã, macarrão caseiro, mamão, mandioca, manga, mangaba, manteiga, maracujá, massa (3 tipos), maxixe, melado de cana, melancia, melão, mel de abelha, mesocarpo de babaçu, milho, milho verde, pipoca, morango, mostarda, mungunzá, murici, nabo, nata, ovo (5 tipos), paçoca (3 tipos), palmito, pamonha, pão caseiro, pão de queijo, pato, pé de moleque, peixe (33 tipos), pepino, peru, pêssego, pera, pimenta, pimentão, pinha, pinhão, pó de babaçu, polpa de fruta (37 tipos), polvilho, puba, pupunha, queijo (5 tipos), quiabo, quirera, rabanete, radite, rapadura, repolho, requeijão, rosca, rosquinha caseira, rúcula, salgados, salsa, sequilho, serra-filé, seriguela, suco de frutas (3 tipos), tamarindo, tangerina, tapioca, tempero, filé de tilápia, tomate, toucinho, umbu, uvaia, uva, vagem, vegetais em conserva, verduras, xerém.

⁶ Observa-se, no entanto, que o número de agricultores que produzem hortaliças supera o número total de agricultores que participam do programa. Isso pode ser um erro nos dados. Por outro lado, a produção de hortaliças é de fato a mais representativa, considerando as quantidades produzidas e os recursos destinados para a sua aquisição.

panificação demanda a construção ou adaptação de pequenos espaços agroindustriais.

Tabela 03 - Grupos de produtos, número de agricultores fornecedores, recursos e quantidades na modalidade Doação Simultânea (PAA Estadual) no Estado do Paraná, 2011

<i>Grupos de Produtos</i>	<i>Agricultores fornecedores (*)</i>	<i>Recursos (R\$)</i>	<i>Quantidade (kg)</i>
Açúcares	137	88.566,20	26.974
Carnes	2.393	2.725.422,18	509.636
Condimentos e temperos	1.983	570.608,85	112.456
Doces	951	584.195,68	99.985
Farináceos	80	39.608,92	37.928
Frutas	5.994	2.918.917,52	2.547.940
Grãos e cereais	2.882	1.529.938,84	1.228.248
Hortaliças	21.928	5.832.467,01	5.628.522
Leite e derivados	248	350.984,37	94.075
Massas	244	184.191,20	55.822
Mel	409	400.475,73	68.641
Oleaginosas	415	186.943,76	53.029
Outros	93	47.131,77	13.537
Ovos	300	170.887,20	102.527
Panificados	2.191	2.332.021,10	544.450
Pescados	101	178.227,67	33.948
Polpa de frutas	436	435.113,09	84.758
Sucos	89	95.586,50	18.141

Fonte: BRASIL (2012). (*) Um agricultor pode fornecer mais de um produto.

Para visualizar melhor os produtos específicos dos grupos apresentados na tabela anterior, na tabela 04 apresenta-se uma lista com os 20 produtos mais representativos para os agricultores familiares que tem acesso ao programa no Estado do Paraná. O primeiro da lista é mandioca, produto que, de modo geral, dificilmente seria comercializado pelos agricultores, com exceção de alguns que entregavam para feculares, tradicionalmente um produto destinado ao consumo da família e para alimentação dos animais como bovinos e suínos. A hortaliça mais vendida é alface, porém, entre os 20 produtos mais representativos aparecem nove hortaliças, o que justifica por que esse grupo é o mais importante na execução do PAA no estado do Paraná. Em relação às frutas, o destaque fica para banana, outro produto que dificilmente se comercializava, servindo basicamente para o consumo familiar. Talvez o fato mais significativo desta

tabela com a lista de produtos é que o PAA tornou-se uma política pública que criou um mercado para um conjunto de produtos que antes eram destinados somente ao consumo familiar e que agora podem ser comercializados, proporcionando um ingresso financeiro que complemente a renda das famílias (figura 01). “O programa é bom pois ajuda o agricultor a comercializar o que antes iria fora” (Entrevista 67, Agricultor familiar, 15 de março de 2011).

Figura 01 – Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar: “renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa”



Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Tabela 04 - Lista dos 20 produtos mais representativos em relação ao número de produtores na modalidade Doação Simultânea (categoria Estadual) no Estado do Paraná, 2011

Produto	Produtores		Produto	Produtores	
	Número	Proporção (%)*		Número	Proporção (%)*
1) Mandioca	4.112	26,3	11) Abobrinha	1.372	8,8
2) Alface	2.816	18,0	12) Laranja	1.297	8,3
3) Banana	2.696	17,3	13) Melancia	1.294	8,3
4) Abóbora	2.415	15,5	14) Batata doce	1.251	8,0
5) Cheiro verde	2.373	15,2	15) Pepino	1.240	7,9
6) Couve	1.900	12,2	16) Cenoura	1.146	7,3
7) Milho verde	1.873	12,0	17) Mamão	1.062	6,8
8) Feijão	1.653	10,6	18) Tomate	1.045	6,7
9) Carne bovina	1.474	9,4	19) Beterraba	1.037	6,6
10) Frango caipira	1.424	9,1	20) Carne suína	1.003	6,4

Fonte: BRASIL (2012). (*) Tabulações dos autores.

Considerando os objetivos desta pesquisa, torna-se particularmente importante, neste caso, examinar como os agricultores constroem a sua capacidade de oferta, pois, mesmo que as compras sejam feitas de forma individualizada, a empresa que executa as operações, a CONAB, busca sempre adquirir de grupos de agricultores, em geral organizados em torno de uma associação ou cooperativa. Por outro lado, compreender as instituições que “regulam” esse mercado é outra dimensão a ser analisada.

A análise, em relação ao PAA, trata da inserção de agricultores familiares pobres na Microrregião de Pitanga (Paraná), caracterizada como uma dos mais pobres, com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico. Portanto, compreender a estrutura e dinâmica desse mercado institucional e, conseqüentemente, de que forma tem conseguido – ou não – dar garantia de renda e reprodução social para essas famílias parece uma questão relevante.

Os municípios da Microrregião de Pitanga acessam somente a modalidade Doação Simultânea e duas das suas categorias, o PAA Estadual e o PAA CONAB (conforme tabela 05). Os municípios de Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Palmital participam do PAA Estadual; do PAA CONAB participam os municípios de Mato Rico e Santa Maria do Oeste. O município de Pitanga participa das duas categorias. No total, participam 349 famílias de agricultores familiares (o que representa 3,8% do total de estabelecimentos familiares ou, ainda, 4,7% das famílias com perfil de Bolsa Família), que recebem R\$ 1.202.215,52 de recursos do programa (o que equivale a uma média de R\$ 3.444,74 por família no ano de 2011) por um total de 521.138 Kg de produtos destinadas a 83 entidades⁷ através de 40.863 atendimentos.

⁷ As 83 entidades beneficiadas através do PAA Estadual são: Boa Ventura de São Roque: Escola Nossa Senhora Aparecida, Escola Estadual Sítio Boa Ventura, Escola Rural Municipal Getúlio Vargas, Escola Estadual Natal Pontarolo, Escola Nossa Senhora de Fátima, Escola Santo Agostinho, Escola São Roque, Escola João Pessoa, APPAC e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque. Laranjal: Colégio Estadual de Laranjal, Escola Municipal Villa Lobos, Escola Estadual Chapadão, Associação de Recuperação de Alcoólatras, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Escola Rural Municipal Munhoz da Rocha, Escola Estadual de Pinhal Grande, CMEI Caminhos da Esperança de Laranjal e Mitra Diocesana de Guarapuava. Palmital: Centro de Educação Infantil Clandira Nunes de Oliveira, Colégio Estadual Dr. João Ferreira Neves, Colégio Estadual João Cavalli da Costa, Colégio Estadual João Paulo II, Escola Municipal Augusto Vicentim, Escola Municipal

Tabela 05 - Agricultores fornecedores, entidades beneficiadas, atendimentos, recursos e peso dos produtos na modalidade Doação Simultânea (categorias PAA Estadual e PAA CONAB) nos municípios da Microrregião de Pitanga (PR), 2011

<i>Programa</i>	<i>Agricultores fornecedores</i>	<i>Entidades beneficiadas</i>	<i>Atendimentos</i>	<i>Recursos (R\$)</i>	<i>Peso (Kg)</i>
<i>Categoria PAA Estadual</i>					
Boa Ventura de São Roque	29	10	2.094	70.640,12	29.398
Laranjal	32	9	5.652	67.302,16	32.715
Palmital	51	16	6.298	107.147,01	72.883
Pitanga	25	16	4.129	55.354,60	28.191
Total PAA Estadual	137	51	18.173	300.443,89	163.187
<i>Categoria PAA CONAB</i>					
Mato Rico	96	11	14.460	429.242,57	144.693
Pitanga	88	10	4.615	394.949,36	173.478
Santa Maria do Oeste	28	11	3.615	77.579,70	39.780
Total PAA CONAB	212	32	22.690	901.771,63	357.951
TOTAL GERAL	349	83	40.863	1.202.215,52	521.138

Fonte: BRASIL (2012). Adaptado pelos autores.

As propostas, em cada município, são encaminhadas através de organizações que representam os agricultores fornecedores. O PAA Estadual é operacionalizado através da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Estado do Paraná (SETP). Os projetos são realizados com associações em cada município: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Boa Ventura de São Roque (Boa Ventura de São Roque), Associação dos Produtores Rurais de Alto Schereiner (Laranjal), Associação dos Feirantes da Produção Diversificada de Palmital (Palmital) e Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pitanga (Pitanga). No caso do PAA CONAB, o convênio é celebrado principalmente com cooperativas: Cooperativa Agropecuária Matoriquense – COAMAR (Mato Rico),

Carlos Gonçalves Siqueira, Escola Municipal Catarina K. Costa, Escola Municipal João de Oliveira Júnior, Escola Municipal Sívio de Brida Mariot, Núcleo Rural Municipal Antônio Vieira, Núcleo Rural Municipal Carlos Chagas, Núcleo Rural Municipal Coelho Neto, Núcleo Rural Municipal Tiradentes, Núcleo Rural Municipal Victor Grande, Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Palmital, Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Palmital. Pitanga: CMEI Antonieta Landgraf, CMEI Elsa Lerner, CMEI Leonor, CMEI Santa Izabel, CMEI Santa Rosa, Escola Municipal Reinaldo Nunes Ferreira, Escola Municipal Vice-Prefeito Euclides Gomes da Silva, Escola Municipal Santa Regina, Escola Dr. Ivan F. Amaral, Casa Familiar Rural, Associação de Apoio à Terceira Idade, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga, Escola Municipal José Bittencourt, Escola Rui Barbosa, Associação Padre Cassiano Waldener e Irmandade São Vicente de Paula. Os dados sobre as entidades beneficiadas com o PAA CONAB não estão disponíveis.

Associação de Desenvolvimento da Agroecologia da Região Centro – ADARC (Pitanga), Cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná – COOACEPA (Pitanga) e Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar – COORLAF (Santa Maria do Oeste).

Para compreender as origens e evolução do PAA nos municípios, as entrevistas com os coordenadores locais, normalmente ligados às Secretarias de Educação ou organizações dos produtores, revelam um conjunto de aspectos.

O projeto começou no município em 2006. Hoje tem 26 produtores cadastrados, conforme perfil da Secretaria de Agricultura e Sindicato. Leite e carne não, só produtos de origem vegetal. Alguns entregam ovos. O limite é R\$ 4.500,00 por produtor, veio R\$ 78.000,00 para o município. Começou com R\$ 40.000,00, depois R\$ 55.000,00, R\$ 60.000,00. São feitos vários cursos com os produtores para esclarecer algumas exigências de qualidade, higiene e padrão. No início era mais tolerante, tinha muitas brigas, tinham dó de exigir, era muito paternalismo. Depois começaram a exigir mais, principalmente para não mandar os produtos sujos. Exigir um padrão é impossível. As entregas são semanais e a Prefeitura busca os produtos. Se não estiver de acordo, não pega, mas não dá para exigir muito, pois faltam produtos. Alguns, quase todos, são bem pobres. Vários recebem Bolsa Família. A procura é grande, mas na hora de entregar muitos desistem por causa das normas. Tem muita desistência. É uma dificuldade de entender as normas e compromissos. A dificuldade maior é com os mais pobres que não dão conta, não se esforçam, falta interesse. A proposta foi feita por um grupo informal, a APMI. Desde que começou teve muitas mudanças e só melhorou. A variedade de produtos e as pessoas estão se qualificando para o PAA. Mas a grande incerteza é se o programa acabar. Os produtores são mal acostumados e a metade são os mesmos, os bons ficam. Se fosse ruim eu tinha cortado do programa. Eles não gostam de cobranças e não fazem um planejamento. Hoje já conhecemos bem os produtores e o dinheiro é o que mais motiva. Tem agricultor que começou com o PAA e hoje entrega em outros mercados. A entrega é feita em todas as escolas, nas creches e APAE. No primeiro ano demoraram muito, uns 60 dias para receber o pagamento. A gente tenta mudar, mas é uma questão política. O programa melhorou muito, as pessoas são muito dependentes do programa, para muitos é a única renda que tem, mas falta interesse (Entrevista 20, Representantes da Secretaria de Educação do município de Boa Ventura de São Roque, 16 de maio de 2011).

Começou em 2006, com 31 produtores e, hoje, tem 30 cadastrados. As organizações que estão envolvidas são a Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, EMATER, Assistência Social, Associação dos Produtores do Alto Schereiner, Vigilância Sanitária e as entidades beneficiadas (escolas municipais, estaduais, colégios, creche, APAE, Associação dos Alcoólatras,

Pastoral da Criança). Ao todo são nove cadastradas. A Vigilância Sanitária fiscaliza principalmente o doce de leite e deu treinamento para as massas, pão, cuca, bolacha. Mas os agricultores entregam principalmente hortaliças e frutas. É feito um projeto anual, tem um edital da SETP. O valor máximo é de R\$ 4.500,00 por produtor, esse ano deu R\$ 2.833,00 por produtor. A principal dificuldade é que o produtor cadastra um produto e quer entregar outro. E também os prazos do edital, ficam muito em cima. Se o produtor não seguir as regras não paga o produto. Tem norma de qualidade e os técnicos e a nutricionista dão orientações para melhorar. Em cada entidade beneficiada, quem recebe controla a qualidade. Em 2007, tinha muita burocracia, antes o pagamento era feito para a associação que pagava com cheques, mas a SETP mudou e é depositado direto na conta do produtor. É feito uma nota através do sistema e o pagamento cai direto na conta. Isso foi uma mudança importante. Antes, dava muito briga por causa do pagamento. Assim o acompanhamento também é mais fácil. Nos primeiros editais, o período para entregar o produto era muito curto, de setembro a novembro e agora é durante todo o ano. O projeto iniciou com 20, passou para 24 e hoje tem 31. Em 2006 precisamos procurar os produtores e, hoje, tem lista de espera. Iniciou com reunião que foi divulgada na rádio. Para muitos, é a principal fonte de renda e são poucos os que desistem. Mas o programa só funciona bem porque fizemos ajustes informais pois falta diversidade de produtos, principalmente hortaliças, aí precisa fazer trocas de produtos. O projeto é feito com a Associação do Schereiner mas agrega outros produtores. A Prefeitura ajuda a associação que já existia antes do programa. Tem também as associações de produtores em cada comunidade e uma lista de espera com indicação, mas falta mercado e demanda. O agricultor decide o que produzir, existe uma lista de produtos com os preços. Tem produtores de orgânicos, mas nenhum é certificado; mas o preço seria uns 30% melhor se fosse certificado. Existe uma grande dependência da Prefeitura por causa das estradas e quando chove. As pessoas estão acostumadas que a Prefeitura faz tudo, da tudo. A Prefeitura ajuda com o transporte e a distribuição dos produtos (Entrevista 63, Representante da Secretaria de Educação do município de Laranjal, 14 de março de 2011).

Começou em 2009, através da SETP, depois passou para CONAB. Veio um total de R\$ 64.000,00 no último projeto, uns R\$ 3.400,00 por produtor. Hoje, tem 24 produtores. O máximo do projeto é R\$ 9.000,00 por produtor. A entrega é semanal, na Escola São José, e os professores e o conselho ajudam na organização e fiscalização. O pagamento é realizado com cheque. Os produtores são de baixa renda e a principal renda é o PAA. Em 2011 não atendemos toda a demanda do município, ficamos devendo. Em 2009, tinha só 11 produtores, mas criou-se um vínculo e hoje são 24. Tem mais gente procurando. A principal dificuldade é com as frutas, pois tem pouca variedade. O programa é muito bom, uma renda mensal e cria uma mudança de hábito nas pessoas. Entregam também carne suína e bovina. Leite não. Precisa fazer um acordo com o produtor e entender o

lado dele. Precisa planejamento e se adequar às normas. No começo foi muito difícil, as pessoas não queriam se cadastrar com medo de perder o Bolsa Família. Foi preciso fazer um trabalho junto com a Assistência Social para explicar, mesmo assim, muitos ainda permaneciam desconfiados. Mas aí um começou a participar e como não aconteceu nada os outros também foram. O governo deveria aumentar a porcentagem da merenda escolar com projetos como o PAA ao invés de aumentar a quantidade de Bolsa Família. Ensinar a pescar e não dar o peixe. Os produtores participam do PAA através da COORLAF (Entrevista 36, Representante da Secretaria de Educação de Santa Maria do Oeste, 19 de maio de 2011).

Aqui, no município, o PAA começou em 2006 ou 2007, não sei direito, pois só trabalhei com o programa em 2009 e 2010. Tem 49 famílias cadastradas no Compra Direta e mais 12 no programa 30% da Merenda Escolar. Alguns dos produtores também recebem Bolsa Família. O valor total do município é de R\$ 123.000,00, varia de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.500,00 por produtor, que é máximo. Mas varia cada ano. Hoje a média é de R\$ 2.566,00. Tem 16 entidades que são beneficiadas, atendendo 6.298 pessoas. Mas o número está crescendo, por outro lado a procura de mais produtores é pequena. Mas a maioria que iniciou continua participando. Uns 30% pararam, foram embora ou por motivo de doença. Outros não conseguem se adequar à burocracia. Quem não se adapta é substituído pelo critério de produção. Para o programa funcionar, às vezes, é preciso fazer ajustes, trocar produtos para ter diversidade (Entrevista 42, Representante da Secretaria de Educação de Palmital, 20 de maio de 2011).

No município, o PAA Doação Simultânea é feito através da COOACEPA, COORLAF, ADARC e COAPRA. A prefeitura trabalha com o PAA Compra Direta. Em 2011, foram R\$ 65.000,00 para o município. Eram 25 produtores, mas quatro desistiram então sobraram 20. Dá uns R\$ 3.000,00 por produtor. O teto é R\$ 4.500,00. Há dois assentamentos mas não tem nenhum produtor cadastrado. Muitos produtores redirecionaram para o PNAE 30% que tem mais preço. A projeção para 2012 é dobrar a quantidade de recursos para o município. Já foi de R\$ 200.000,00. Os agricultores que desistiram foi por causa de doença, problemas pessoais na família ou não conseguiam produzir. No ano passado, eles reclamaram muito da demora do pagamento e do preço dos produtos. Os principais pontos negativos, dificuldades, do programa são: a forma de pagamento, os agricultores ficam desconfiados de não receber, o preço defasado, burocracia, falta documentação básica, como a DAP, não tem divulgação de informação, o contrato é informal, o cronograma de entrega e as quantidades têm problemas. Até fraudaram os termos de entrega. É preciso o produtor se especializar, mas falta assistência técnica. Por outro lado tem muitas coisas boas. Quem entende o programa acredita. É um complemento na renda das famílias. A inserção no PAA é o caminho para outros programas parecidos como o PNAE 30% que libera até R\$ 9.000,00 por produtor. Hoje há 16 entidades beneficiadas no município e a projeção é incluir mais no ano que vem, principalmente as escolas rurais mas o problema

são as estradas. É longe e as estradas estão ruins (Entrevista 45, Representante da Secretaria de Educação de Pitanga, 13 de maio de 2012).

Essas entrevistas revelam alguns elementos que permitem compreender o significado do PAA nos municípios da microrregião de Pitanga. O primeiro deles é que a inserção no Programa (que iniciou em 2003) é relativamente recente, isto é, a partir de 2006, e está diretamente ligado ao poder público municipal, motivando e organizando os agricultores e mantendo um trabalho logístico no transporte dos produtos. Outro elemento refere-se aos produtos, sobretudo de origem vegetal (frutas e hortaliças), pois há uma grande dificuldade em atender as normas higiênico-sanitárias para fornecer produtos de origem animal, como, por exemplo, o leite. A maioria dos produtores é pobre (como o esperado considerando a realidade dos municípios e o foco do Programa) e o PAA significa uma das principais fontes de renda dessas famílias. Há grandes dificuldades por parte das famílias em se adaptarem ao conjunto de exigências e de planejamento necessários, o que resulta em desistência do Programa. As características dos agricultores, do processo produtivo e da forma de comercialização dessas modalidades serão analisadas com mais detalhe nos dois próximos itens.

3. CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS E DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Uma caracterização das famílias participantes do PAA foi feita em outra pesquisa (AFNM, 2012), com ênfase no município de Laranjal. Neste município, o programa iniciou em 2006, com 10 agricultores e, em 2011, havia 30 famílias entregando produtos.

No quadro 03 pode ser observado um perfil das mesmas, que é representativo perante os demais municípios da microrregião de Pitanga. De modo geral, percebe-se que o ingresso no programa é relativamente recente, já que foi criado ainda em 2003. Os membros das famílias possuem baixo grau de escolaridade e, em relação à condição de produtor, observa-se que, em sua maioria, são proprietários assentados pelos Programas de Reforma Agrária. As áreas dos estabelecimentos variam de 0,50ha (Vila

Rural) a 21,15ha. A Renda Bruta Anual varia de R\$ 3.000,00 a R\$ 16.000,00, o que resulta numa média de R\$ 7.209,00 por família por ano. Com base nos cadastros das 30 famílias que participam do programa, a renda mensal média com o PAA é de R\$ 284,96, o que significa um rendimento anual de R\$ 3.419,52, ou seja, 47,4% da Renda Bruta Anual é proveniente do PAA. Tais características socioeconômicas são semelhantes as dos demais municípios, ou seja, famílias vivendo em condições de pobreza, evidenciadas pelas condições das residências das mesmas.

Quadro 03 - Perfil dos agricultores inscritos no PAA no município de Laranjal, Paraná

Produtor	Ano de ingresso no programa	Escolaridade do inscrito	Número de pessoas na família	Condição do produtor	Área (ha)	Renda Bruta Anual (R\$)
01	2007	1º Grau Comp.	04	Arrendatário	16,68	8.900,00
02	2007	1º Grau Incomp.	01	Proprietário (Assentado)	17,50	9.700,00
03	2007	1º Grau Incomp.	03	Proprietário (Assentado)	21,15	10.000,00
04	2006	2º Grau Incomp.	05	Proprietário (Assentado)	18,15	8.200,00
05	2007	1º Grau Incomp.	02	Proprietário (Assentado)	17,50	5.828,00
06	2007	1º Grau Incomp.	09	Proprietário (Assentado)	17,50	4.400,00
07	2009	1º Grau Incomp.	08	Arrendatário	12,10	6.000,00
08	2008	1º Grau Incomp.	05	Proprietário (Assentado)	18,00	4.700,00
09	2007	1º Grau Incomp.	04	Proprietário	7,26	9.737,00
10	2010	1º Grau Incomp.	01	Proprietário	20,00	5.980,00
11	2010	1º Grau Incomp.	03	Arrendatário	15,00	3.020,00
12	2009	1º Grau Incomp.	03	Proprietário (Assentado)	17,20	16.000,00
13	2009	1º Grau Incomp.	06	Proprietário (Vila Rural)	1,00	6.500,00
14	2010	1º Grau Incomp.	06	Proprietário (Vila Rural)	0,50	3.000,00
15	2010	1º Grau Incomp.	01	Arrendatário	20,00	6.170,00

Fonte: Pesquisa de Campo (AFNM, 2012). Declaração de Aptidão Agrícola (DAP).

O PAA tem significado uma importante fonte de renda para os agricultores familiares pobres nos municípios da microrregião de Pitanga. Esse fato assume aspectos ainda mais importantes no caso das famílias que residem nas Vilas Rurais e nos assentamentos de reforma agrária do INCRA. Nas Vilas Rurais, a grande dificuldade está no tamanho da propriedade que é de apenas 5.000 metros quadrados. Porém, esse tamanho não é pequeno para a exploração de hortaliças, que permitiria uma fonte significativa de renda para essas famílias, o que só veio a se concretizar com a inserção do PAA.

Faz 7 anos que vivo na Vila Rural. Com PAA desde 2006. Cada tempo é uma coisa. Mas sempre tem tubérculos, hortaliças, alface, verdura e temperos. Eles pegam toda segunda com o carro do colégio. Tinha uma reunião no galpão da Vila Rural, uma pessoa me falou. Me inscrevi, era só para os agricultor, mas desviou um pouco para a vila e hoje tem 3 pessoas. Começou com 9, mas sabe como é ninguém quer pegar no cabo da enxada. tenho 8 litros de chão [4.840m²] e vivemos em 3 pessoas. A renda total é uns R\$ 2.000,00. Recebo uma pensão, faço artesanato e do PAA dá de R\$ 100,00 a 200,00 por mês. Quero me aposentar mas sempre plantar um pouco (Entrevista 24, moradora da Vila Rural, 17 de maio de 2011).

Para os agricultores assentados pelos Programas de Reforma Agrária, uma das questões centrais é pensar formas que garantam geração de renda através da comercialização de seus produtos. Nesse sentido, o PAA criou um mercado que atende essa característica.

Participo há 3 anos. Produzo 10 tipos de hortaliças (repolho, beterraba, alface, temperos...) e massa. Entrego em duas escolas. Foi procurado pela escola. Comecei com uma escola e depois outra. Antes produzia só para o gasto. A exigência é não usar veneno, ter qualidade e empacotar. Se não ameaçam cortar do programa. Tenho 8 alqueires [19,36 hectares] de terra e somos em 3 pessoas vivendo aqui. Trabalho com hortaliças em 6 litros de chão [3.630 metros quadrados]. A renda é uns R\$ 500,00 do PAA, mas também trabalho com leite e plantas medicinais. É muito bom, dá uma renda para o pequeno (Entrevista 30, agricultor familiar assentado, 18 de maio de 2011).

Em relação aos principais produtos, a grande maioria consiste de hortaliças e frutas. Em ambos os casos, tratava-se de produtos que já eram produzidos com a finalidade de consumo familiar e o PAA criou uma alternativa para a comercialização do excedente e, principalmente no caso das hortaliças, as famílias passaram a se dedicar mais a essa atividade, inclusive com investimentos em estufas e sistemas de irrigação. *“É bom, pois aumenta a renda; eu vendo os excedentes com que antes não fazia nada e a venda era difícil através de outro mercado”* (Entrevista 66, agricultor familiar, 15 de março de 2011). *“O programa é bom, pois ajuda o agricultor a comercializar o que antes iria fora”* (Entrevista 67, agricultor familiar, 15 de março de 2011).

A pesquisa de campo revelou que, no processo de produção das hortaliças os agricultores não utilizam adubos químicos e agrotóxicos,

entretanto, as propriedades não são certificados como orgânicos, o que é um processo bem mais complexo. Assim, estão deixando de conseguir preços superiores para os seus produtos, uma vez que o PAA prevê pagar de forma diferenciada pelos produtos dependendo do seu processo de produção (convencional ou orgânico), conforme será retomado adiante ao tratar dos preços dos produtos.

Além da produção de frutas e hortaliças, há várias experiências de famílias que se dedicaram à produção de produtos em pequenas agroindústrias de panificação, fornecendo diversos produtos como pães, bolos, bolachas, biscoitos e cucas.

Faz dois anos e meio que participo do programa. Vendo pão e bolacha. 2010 foi um ano meio difícil, faltava dinheiro. Aí, fui conversar com uma comadre de Mato Rico que participava do PET. É uma pessoa em quem confio bastante. Ela me falou e me indicou, eu não sabia de nada disso. Mas fiquei sabendo. Fui na vigilância para fazer uma cozinha industrial. Pensei que se vou fazer, vou trabalhar dentro da lei, pois facilita muito. Fiz a cozinha com recursos próprios porque financiamento é complicado. Temos 5 alqueires de terra e trabalhamos com leite também, faço doce de leite e bolachas. Somos em quatro pessoas na família e dá uma renda boa (Entrevista 60, agricultora familiar, 17 de maio de 2012).

No caso da produção e comercialização de produtos de origem animal, o processo é diferente e, dos seis municípios, apenas em três identificou-se a comercialização de carne e leite. No caso do leite, houve um acordo entre a cooperativa dos produtores e um laticínios que recolhe o produto e realiza todo o processamento. Isso foi necessário, pois não seria viável para os agricultores isolados, ou mesmo em conjunto na cooperativa, fazer a construção de uma estrutura para atender às normas higiênico-sanitárias para o processamento do leite. O único produto que os agricultores conseguem comercializar é o doce de leite. No caso da carne, novamente os agricultores, através de sua cooperativa estabeleceram um acordo com um frigorífico que faz o abate dos animais. Na sequência, os agricultores fazem os cortes de acordo com a demanda em local apropriado para tal finalidade.

4. O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO: UMA FORMA DE REDISTRIBUIÇÃO

A característica de comercialização dos produtos através do PAA pode ser compreendida como uma forma de redistribuição adotada pelo Estado. Os agricultores familiares pobres, cadastrados para participar do Programa, entregam seus produtos diretamente para entidades como escolas, creches, hospitais, APAE, entre outras, onde é feita a fiscalização e emissão das notas com as quantidades e tipos de produtos. Com base nessas notas, a coordenação local lança os dados no sistema e o Estado paga aos produtores depositando os valores correspondentes diretamente nas contas bancárias deles. Portanto, é uma política pública com um duplo impacto: por um lado, garante um mercado para os agricultores familiares pobres e, por outro, redistribui alimentos para as entidades que dele necessitam. Conforme destacado no lema do programa: “renda para quem produz e comida para quem precisa”.

Para acessar o Programa, os agricultores precisam estar organizados, uma vez que a operacionalização ocorre via acordo formal com associações ou cooperativas. Conforme já destacado anteriormente, em três municípios o acesso dos agricultores é realizado através de cooperativas: Cooperativa Agropecuária Matoriquense – COAMAR (Mato Rico), Cooperativa Agroindustrial do Centro do Paraná – COOACEPA (Pitanga) e Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar – COORLAF (Santa Maria do Oeste).

O histórico dessas cooperativas revela sua importância no acesso e operacionalização do PAA nos municípios, conforme as entrevistas que seguem:

A história da COAMAR inicia em 2007, através de um processo de associação comunitária, tendo em vista os investimentos do Governo Federal, que estava propondo um mercado diferente para o feijão. O governo acenou com o PAA, mas não tinha cooperativa. Então, fundamos a cooperativa para comercializar o feijão via CONAB. Até 2006, os produtores acessavam o PAA via associação. Hoje todo PAA é via COAMAR. Inclusive, entregamos produtos em outros municípios. Produzimos queijo, yogurte, mel, leite via laticínios que é de associados. A carne pagam serviço no abatedouro. Também produzem frutas e hortaliças. A COAMAR tem 131 associados e todos participam ou já participaram do PAA. Hoje, atendemos fora do município, em Curitiba, São José dos Pinhais (...). Conseguimos entregar

no Hospital de Curitiba via CONAB. Me indicaram e eu fui atrás. Tenho contatos, visito as entidades, mostro a realidade dos agricultores e temos qualidade. Faço divulgação. Temos confiança com a CONAB que indica entidades. Os produtores são todos pequenos proprietários, com média de 20 hectares. São diversificados, de subsistência. Mais ou menos a metade recebe Bolsa Família. A carne estamos conseguindo vender com preço bem acima do mercado. As principais dificuldades são a falta de estrutura, um armazém e a construção da confiança (Entrevista 58, Representante da COAMAR, 17 de maio de 2012).

A história da COOACEPA inicia com a produção de suínos em Pitanga, que estava muito desorganizada. Em 2005, surge a associação dos suinocultores. Entre 2006 e 2008, houve um trabalho com a Prefeitura, que doou um terreno e uma F 4.000. A ideia era fazer um abatedouro que ficou pronto em 2009. O MDA pediu uma contrapartida. Foi feita uma discussão nos 18 municípios. Mas a cooperativa vai além do abatedouro e estava de olho nos programas governamentais, na possibilidade de acessar esse mercado. Assim, em 2010, é criada a COOACEPA que conta com a participação de oito municípios (Pitanga, Santa Maria do Oeste, Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Palmital, Manoel Ribas, Turvo e Cândido de Abreu). Mas também há interesse do pessoal de Mato Rico e Campina do Simão. Os prefeitos da AMOCENTRO ajudam a manter a cooperativa com uma sala e R\$ 150,00 por mês. Mas nós estamos ligados nos programas, nessas oportunidades. Com a EMATER é difícil, e demorado, mas conhecemos pessoas em Curitiba que ajudaram com a DAP jurídica e fazer os projetos e, em dois dias, estava pronto. Acessamos a primeira chamada do PNAE em agosto de 2010. A COOACEPA foi a única que participou da região. Iniciamos a cooperativa com 20 sócios e hoje são 123. Em outubro de 2010 acessamos o PAA CONAB e, em outubro de 2011 a Doação Simultânea. A prefeitura trabalha com o PAA Estadual a COOACEPA é direto com a CONAB. Trabalhamos com PAA e PNAE simultaneamente. O PAA da prefeitura atende as escolas urbanas e a COOACEPA principalmente as rurais. Atendemos 3.700 pessoas do Hospital Regional, três colégios e a Casa Familiar Rural. Precisa ter cuidados com as exigências da vigilância sanitária, principalmente com a carne, mas temos um abatedouro adequado para isso. Cada produtor recebe R\$ 4.500,00. São 84 produtores que participam, e destes, 75 são pobres, tem os que recebem Bolsa Família e do assentamento. A cooperativa é uma fonte de renda, dá estrutura. O projeto poderia ser umas cinco vezes maior. O agricultor, para participar, faz um cadastro, se associa, tem a documentação, recebe um curso de formação nas reuniões. O produto vem da região e entrega em Pitanga. É uma integração regional. Entrega só o que está no projeto. Para entregar a carne, a cooperativa fez um acordo com um frigorífico por causa do alvará e da inspeção da vigilância sanitária. O abate é feito no frigorífico. Com o leite fizemos uma parceria com o frigorífico Granleite, fui conversar com o dono. Ganhamos uma licitação na prefeitura para 30 mil litros por ano no programa Leite das Crianças. Eliminamos o atravessador e ganhamos de 10 a 20 centavos a mais.

Aproveitamos a logística do laticínio para coletar e pasteurizar o leite (Entrevista 53, Representante da COOACEPA, 15 de maio de 2012.

Um dos aspectos mais relevantes da experiência dessas duas cooperativas é a ampliação do campo de ação, ou seja, estão conseguindo acessar mercados (atender entidades) fora do município, o que aumentou a demanda e a possibilidade de atender mais produtores. Situação bem diferente é vivenciada nos outros municípios que só atendem a demanda local, o que reduz as quantidades demandadas de alimentos conforme o número de alunos.

Para ter uma noção dos preços praticados no PAA (tabela 06), a CONAB tem uma tabela com validade de um ano. Essa tabela possui uma diferenciação para a produção orgânica (desde que certificada) e convencional. Em média, os produtos orgânicos têm um preço 30,0% superior aos convencionais.

Tabela 06 - Preços (convencional e orgânico) dos 20 produtos mais representativos em relação ao número de produtores na modalidade Doação Simultânea (categoria Estadual) no Estado do Paraná, 2011

Produto	Preço (R\$) por kg		Produto	Preço (R\$) por kg	
	Convencional	Orgânico		Convencional	Orgânico
1) Mandioca descascada	1,50	1,95	11) Abobrinha verde	1,30	1,69
2) Alface crespa	1,97	2,56	12) Laranja pera	0,85	1,11
3) Banana caturra	0,90	1,17	13) Melancia	0,72	0,94
4) Abóbora	0,89	1,16	14) Batata doce	1,20	1,56
5) Cebolinha verde	4,00	5,20	15) Pepino	1,20	1,56
6) Couve manteiga	2,50	3,25	16) Cenoura	1,18	1,53
7) Milho verde sem palha	2,80	3,64	17) Mamão	1,37	1,78
8) Feijão preto	1,46	1,90	18) Tomate	1,55	2,02
9) Carne bovina c/osso traseira	8,11	10,54	19) Beterraba	1,00	1,30
10) Frango caipira (limpo)	9,00	11,70	20) Carne suína c/osso	4,92	6,40

Fonte: Tabela CONAB, vigência de 01/07/2012 até 30/06/2013. Organização dos autores.

Comparando os preços recebidos pelos produtores que entregam os produtos via PAA com os preços recebidos pelos demais produtores no Estado do Paraná (tabela 07), percebe-se que, na maioria dos produtos, os preços praticados no PAA são superiores aos demais, demonstrando as vantagens dessa política de preços para o produtor. Somente em cinco produtos, o preço praticado no Estado foi inferior ao praticado pela CONAB. É o caso do feijão preto, cenoura, pepino, pimentão verde e tomate.

Entretanto, no caso do feijão preto, se for entregue empacotado, seu valor alcança R\$ 12,00 o Kg no PAA. No caso da mandioca, se for descascada o valor é de R\$ 1,50. Em ambos os casos, com um mínimo de processamento, os agricultores podem agregar um valor considerável ao produto. O ovo caipira é comercializado por R\$ 3,00 a dúzia, é justamente essa a característica desse produto entregue pelos agricultores. No entanto, apesar dessas vantagens, é preciso considerar que a tabela da CONAB possui um problema que se refere a sua duração, ou seja, a sua vigência é de um ano, o que poderá defasar esses preços até o final do período.

Tabela 07 - Comparativo dos preços recebidos (R\$/kg) pelos produtores do Paraná (SEAB) e preços da tabela da CONAB (convencional) para produtores do PAA para produtos selecionados no mês de julho de 2012

<i>Produto</i>	<i>SEAB</i>	<i>CONAB</i>	<i>Variação (%)*</i>	<i>Produto</i>	<i>SEAB</i>	<i>CONAB</i>	<i>Variação (%)*</i>
Amendoim	1,73	4,50	+160,1	Repolho	0,42	0,60	+42,9
Feijão preto	1,68	1,46	-13,1	Tomate	2,61	1,55	-40,6
Alface	1,20	1,97	+64,2	Abacate	0,60	1,31	+118,3
Alho	4,51	8,00	+77,4	Banana caturra	0,45	0,90	+100,0
Batata	0,40	1,15	+187,5	Kiwi	1,20	3,00	+150,0
Beterraba	0,92	1,00	+8,7	Laranja pera	0,36	0,85	+136,1
Cenoura	1,34	1,18	-11,9	Maçã	1,12	2,50	+123,3
Chuchu	0,17	1,00	+488,2	Morango	5,07	7,29	+43,8
Mandioca	0,65	0,75	+15,4	Tangerina	0,34	0,80	+135,3
Pepino	1,88	1,20	-36,2	Uva	1,87	2,20	+17,6
Pimentão verde	1,77	1,50	-15,3	Ovo (dz)	1,58	1,76	+11,4

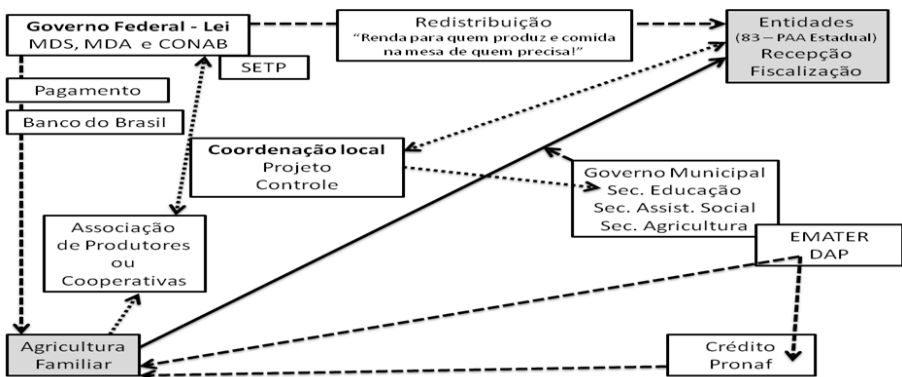
Fonte: SEAB/PR (2012) e Tabela CONAB (vigência de 01/07/2012 até 30/06/2013). Organização dos autores. (*) Tabulações dos autores. A seleção dos produtos teve como critério a possibilidade de comparação, utilizando-se todos os que estavam disponíveis nas mesmas características.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura e dinâmica de funcionamento do PAA (modalidade Compra com Doação Simultânea), nos municípios da Microrregião de Pitanga, pode ser observada na figura 02. As flechas tracejadas indicam o papel desempenhado pelo poder público num nível macro e as pontilhadas, o processo de coordenação local do programa. Normalmente, a coordenação e controle do projeto ficam a encargo de um representante da Secretaria da

Educação do governo municipal ou das cooperativas. Através da Secretaria de Ação Social é feito o cadastro de entidades beneficiárias. A Secretaria da Agricultura, juntamente com a EMATER, fornece as Declarações de Aptidão Agrícola (DAP) para as famílias de agricultores. A DAP, obrigatória para o acesso aos programas de crédito (PRONAF), é utilizada por alguns agricultores para potencializar a produção. A Prefeitura Municipal também contribui na parte logística com o transporte dos alimentos das comunidades mais isoladas até as instituições beneficiadas. Os agricultores, organizados em associações ou cooperativas, são cadastrados no projeto anual e fazem a entrega dos alimentos nas instituições como creches e escolas que também são responsáveis pela fiscalização no momento da recepção (linha contínua). O Governo Federal faz o pagamento, via Banco do Brasil, diretamente na conta dos agricultores cadastrados. Trata-se, portanto, de uma forma de redistribuição, como afirma o próprio lema do programa: “renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa”. Portanto, o PAA tem desempenhado uma dupla função conforme é apresentado em seus objetivos. Por um lado, atuando diretamente nos mercados da agricultura familiar, criando a possibilidade de comercialização de produtos e, conseqüentemente, gerando renda para essas famílias. Por outro lado, através de uma política de redistribuição, possibilita acesso a alimentos por parte da população em estado de insegurança alimentar.

Figura 02 – Estrutura e dinâmica do PAA



Fonte: Elaboração dos autores, 2012.

6. REFERÊNCIAS

AGRICULTURA FAMILIAR E NOVOS MERCADOS (AFNM). *Agricultura Familiar e (Novos) Mercados: embeddedness, instituições e políticas públicas no Sul do Brasil: um esforço para compreender dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural*. Porto Alegre, jun. 2010. Projeto de Pesquisa.

_____. *Agricultura Familiar e (Novos) Mercados: embeddedness, instituições e políticas públicas no Sul do Brasil: um esforço para compreender dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural*. Porto Alegre, out. 2012. Relatório Final.

BRASIL. *Lei Nº 10.696 de 02 de julho de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e alongamento de dívidas oriundas de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm > Acesso em: 11 out. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Aquisição de Alimentos – PAA*. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *PAA Data 2011*. Brasília, 2011. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 18 ago. 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). *Preços praticados no PAA*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaprecopaa.do?method=abrirConsulta>>. Acesso em: 20 set. 2012.

GRISA, Cátia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

PARANÁ. Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. *PAA – Programa Aquisição de Alimentos: compra direta local da agricultura familiar*. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.trabalho.pr.gov.br/compradireta>>. Acesso em: 18 set. 2012.

PLEIN, Clério. *Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados? as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná*. 2012. 266 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Os mercados e a teoria econômica das instituições. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2010, v. 18, n. 2, p. 317-350.

RAMBO, Anelise Graciele; PLEIN, Clério; VIEIRA DA SILVA, Camila; MAIA, Claudio Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Dinâmicas territoriais de desenvolvimento rural no sul do Brasil: laços fracos e instituições na construção de novos mercados para a agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOBER: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 50., 2012, Vitória. *Anais...* Vitória: SOBER, 2012. p. 1-20.